



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE CANANÉIA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

013. PROVA OBJETIVA

COORDENADOR DA CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira para responder às questões de números 01 a 03.



(Bob Thaves, "Frank & Ernest". <https://cultura.estadao.com.br>. 12.11.2019)

01. De acordo com o ponto de vista do personagem, é correto concluir que

- (A) a veiculação de informações pessoais hoje continua sendo indesejada tal como acontecia antigamente.
- (B) o poder de exposição do mundo contemporâneo reitera o desejo de se alcançar reconhecimento popular.
- (C) a alta exposição online das informações pessoais hoje em dia fomenta o desejo de manter-se distante dela.
- (D) a indiscrição com a exposição de informações pessoais se acentuou hoje graças às redes sociais.
- (E) o anonimato continua sendo um critério de organização da vida pessoal, como era antigamente.

02. Na passagem "**com** a exposição online das informações pessoais", a preposição destacada forma uma expressão cujo sentido é de

- (A) comparação, equivalendo, em norma-padrão, a "como as informações pessoais são expostas online".
- (B) causa, equivalendo, em norma-padrão, a "devido à exposição online das informações pessoais".
- (C) consequência, equivalendo, em norma-padrão, a "à partir da exposição online das informações pessoais".
- (D) modo, equivalendo, em norma-padrão, a "sob à exposição online das informações pessoais".
- (E) conclusão, equivalendo, em norma-padrão, a "da forma como as informações pessoais são expostas online".

03. Antigamente, eu desejava que todo mundo _____ meu nome e _____ quem eu _____.

Em conformidade com a norma-padrão, a correlação dos tempos verbais está garantida com o preenchimento das lacunas, respectivamente, com as formas:

- (A) conhecia ... sabia ... fora
- (B) conhecera ... soubera ... serei
- (C) conheceu ... soube ... seria
- (D) conhece ... sabe ... sou
- (E) conhecesse ... soubesse ... era

Leia o texto para responder às questões de números **04 a 10**.

Custosa Mobilidade

O tráfego intenso e os longos deslocamentos necessários em diversas cidades brasileiras tomam, além de tempo, cada vez mais recursos dos usuários e da sociedade.

Estudo da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) estimou os custos socioeconômicos da mobilidade urbana em nada menos de R\$ 483,3 bilhões anuais, como mostrou o 3º Seminário de Mobilidade e Inovação organizado por esta *Folha*. O valor é 7% maior que o do levantamento anterior.

No plano individual, o ônus do transporte vem aumentando. Além de custar mais e beneficiar uma parcela menor da população, o transporte individual consome quase o dobro de energia e polui duas vezes mais que o público.

Para evitar o agravamento de uma situação já dramática, governantes, em particular os das metrópoles, devem promover políticas de desincentivo ao uso de carros.

Uma alternativa é a criação de pedágios urbanos, a restringir a circulação de veículos em determinadas áreas, como já se fez em cidades como Singapura, Estocolmo, Milão e Londres. Nova York entrará nesse rol até o fim de 2020.

Com os recursos angariados pela cobrança, municípios poderiam investir mais em seus sistemas de transporte público – opção para aqueles que não desejam tirar seus automóveis da garagem.

Ações do gênero, reconheça-se, são politicamente difíceis, sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual.

Não se trata, contudo, de dificuldade intransponível. Pesquisa recente do Instituto Ipsos mostrou que 30% dos paulistanos proprietários de carro aceitariam abrir mão do veículo em favor de outro meio de transporte. Há boa margem, pois, para o avanço dessa agenda.

(Editorial. *Folha de S.Paulo*, 08.11.2019. Adaptado)

04. O texto argumenta favoravelmente à

- (A) proibição do transporte individual, substituído plenamente pelo coletivo.
- (B) mobilidade urbana, com o incentivo aos transportes individual e coletivo.
- (C) criação de pedágios urbanos, com o incremento do transporte individual.
- (D) limitação do transporte individual, mais poluente e mais custoso ao país.
- (E) economia no setor de transporte, com pedágios e menor investimento.

05. O último parágrafo do texto autoriza afirmar que

- (A) os dados da pesquisa do Instituto Ipsos confirmam que a questão do transporte público paulistano padece de uma dificuldade intransponível.
- (B) a população do Estado de São Paulo, em sua grande maioria, aceita deixar o carro em casa para que o transporte público seja modernizado.
- (C) a questão do transporte público na cidade de São Paulo pode sofrer uma transformação positiva, ainda que exista dificuldade para isso.
- (D) o avanço de uma agenda a favor de melhoria no transporte público no Estado de São Paulo sofre pressão contrária de 30% dos paulistanos.
- (E) os paulistanos estão dispostos a deixar o carro na garagem desde que a ideia de cobrança de pedágios seja posta de lado por definitivo.

06. Nos trechos “o **ônus** do transporte vem aumentando” (3º parágrafo), “Nova York entrará nesse **rol** até o fim de 2020” (5º parágrafo) e “Há boa margem, pois, para o avanço dessa **agenda**” (8º parágrafo), os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) encargo; lista; tema.
- (B) custo; categoria; lei.
- (C) criação; relação; projeto.
- (D) preço; projeto; programa.
- (E) sistema; grupo; compromisso.

07. Considere as passagens do texto:

- Estudo da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) estimou os custos socioeconômicos da mobilidade urbana em nada menos de R\$ 483,3 bilhões anuais, **como** mostrou o 3º Seminário de Mobilidade e Inovação organizado por esta *Folha*. (2º parágrafo);
- Não se trata, **contudo**, de dificuldade intransponível. Pesquisa recente do Instituto Ipsos mostrou que 30% dos paulistanos proprietários de carro aceitariam abrir mão do veículo em favor de outro meio de transporte. Há boa margem, **pois**, para o avanço dessa agenda. (8º parágrafo).

Os sentidos que as conjunções destacadas exprimem e as conjunções que poderiam substituí-las nas passagens são, correta e respectivamente:

- (A) causa; consequência; conclusão / já que; tanto que; assim.
- (B) comparação; conclusão; explicação / tal qual; portanto; então.
- (C) comparação; concessão; explicação / assim como; mesmo; porque.
- (D) conformidade; adversidade; conclusão / conforme; porém, portanto.
- (E) conformidade; explicação; adversidade / segundo; por isso; entretanto.

08. Sem prejuízo ao sentido original e em conformidade com a norma-padrão, as informações do 7º parágrafo – Ações do gênero, reconheça-se, são politicamente difíceis, sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual. – estão corretamente reescritas em:

- (A) Reconheça-se, que ações do gênero, são politicamente difíceis, sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual.
- (B) Sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual, reconheça-se que ações do gênero são politicamente difíceis.
- (C) Sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual reconheça-se de que ações do gênero são politicamente difíceis.
- (D) Reconheça-se de que ações do gênero são politicamente difíceis, sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual.
- (E) Reconheça-se que, sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual, ações do gênero, são politicamente difíceis.

09. Uma alternativa _____ essa situação já dramática é a criação de pedágios urbanos, com _____ restrição _____ circulação de veículos em determinadas áreas, como já se fez em cidades como Singapura, Estocolmo, Milão e Londres. Nova York chegará _____ rol até o fim de 2020.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas do enunciado devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) a ... a ... à ... a esse
- (B) à ... a ... à ... nesse
- (C) a ... a ... a ... à esse
- (D) à ... à ... à ... a esse
- (E) a ... à ... a ... nesse

10. Há expressão em linguagem figurada no trecho:

- (A) ... o transporte individual consome quase o dobro de energia e polui duas vezes mais que o público. (3º parágrafo)
- (B) Uma alternativa é a criação de pedágios urbanos, a restringir a circulação de veículos em determinadas áreas, como já se fez em cidades... (5º parágrafo)
- (C) Com os recursos angariados pela cobrança, municípios poderiam investir mais em seus sistemas de transporte público... (6º parágrafo)
- (D) Ações do gênero, reconheça-se, são politicamente difíceis, sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual. (7º parágrafo)
- (E) ... 30% dos paulistanos proprietários de carro aceitariam abrir mão do veículo em favor de outro meio de transporte. (8º parágrafo)

11. Mauro comprou um carro. Deu $\frac{1}{3}$ do valor total como en-

trada e financiou $\frac{3}{4}$ do valor restante. A quantia que falta

para completar o valor total será paga em uma única parcela, após o término do financiamento. O valor dessa parcela final corresponde, do valor total do carro, a

- (A) $\frac{1}{8}$
- (B) $\frac{1}{6}$
- (C) $\frac{1}{5}$
- (D) $\frac{1}{4}$
- (E) $\frac{1}{3}$

12. Em determinado dia, um fabricante entregou 1 100 caixas de certo produto, que foram totalmente repartidas entre 3 clientes distintos, A, B e C. Sabe-se que o cliente B recebeu 100 caixas a mais que o cliente A, e que este, por sua vez, recebeu a metade do número de caixas recebidas pelo cliente C. A diferença entre os números de caixas recebidas pelo cliente C e pelo cliente B é igual a

- (A) 300.
- (B) 250.
- (C) 200.
- (D) 150.
- (E) 100.

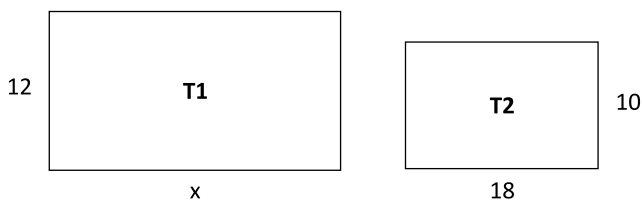
13. Em uma empresa, 6 máquinas iguais, de mesmo rendimento, trabalhando de forma simultânea e sem interrupções, produzem 540 unidades de certa peça a cada três horas. Para passar a produzir 600 unidades da mesma peça a cada 2 horas, nas mesmas condições operacionais, essa empresa precisará adquirir, das mesmas máquinas, mais

- (A) 4 unidades.
- (B) 5 unidades.
- (C) 6 unidades.
- (D) 7 unidades.
- (E) 8 unidades.

14. Na lata de certa tinta, há a seguinte instrução: “Diluição: usar 80 mL de água para cada 1 200 mL de tinta.” Felipe separou 1 200 mL dessa tinta e, por descuido, adicionou 110 mL de água. Para que a tinta preparada tenha a concentração recomendada pelo fabricante, Felipe precisará adicionar à mistura uma quantidade de tinta igual a

(A) 0,35 litro.
(B) 0,40 litro.
(C) 0,45 litro.
(D) 0,50 litro.
(E) 0,55 litro.

15. Considere os terrenos retangulares T1 e T2, ilustrados a seguir, com dimensões indicadas em metros.



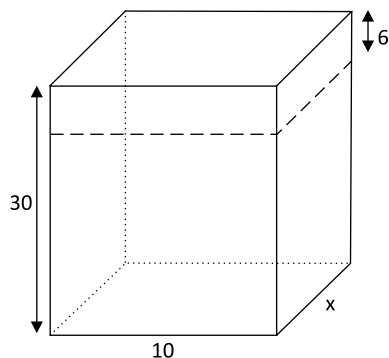
Sabendo-se que, na divisão do perímetro do terreno T1 pelo perímetro do terreno T2, o quociente é 1,5 e o resto é zero, a área do terreno T1 é igual a

(A) 280 m^2 .
(B) 336 m^2 .
(C) 360 m^2 .
(D) 384 m^2 .
(E) 408 m^2 .

16. Os preços dos produtos P e Q, em reais, eram representados por x e $0,8x$, respectivamente. Sabe-se que ambos os preços tiveram um aumento de 25%, e a soma dos dois preços, após o aumento, ficou igual a R\$ 270,00. Desse modo, é correto afirmar que o preço do produto P, antes do aumento, era igual a

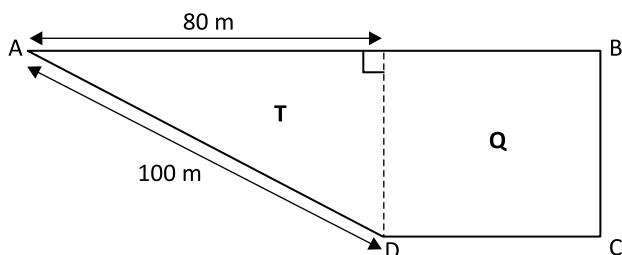
(A) R\$ 150,00.
(B) R\$ 145,00.
(C) R\$ 140,00.
(D) R\$ 125,00.
(E) R\$ 120,00.

17. A altura original de um bloco retangular de madeira, que era igual a 30 cm, teve que ser reduzida em 6 cm, conforme mostra a figura, com dimensões indicadas em centímetros.



Sabe-se que a redução na medida da altura reduziu o volume original em 900 cm^3 . Desse modo, o volume do bloco passou a ser de

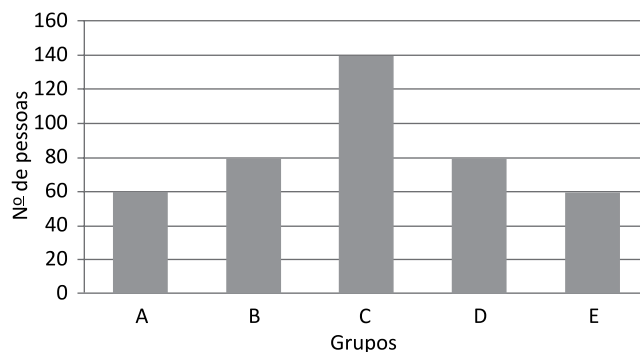
- (A) 4500 cm^3 .
 (B) 4200 cm^3 .
 (C) 3800 cm^3 .
 (D) 3600 cm^3 .
 (E) 3200 cm^3 .
18. Uma praça ABCD é composta por uma região quadrada Q e uma região com a forma de um triângulo retângulo T, conforme mostra a figura.



A área total dessa praça é de

- (A) 8400 m^2 .
 (B) 6000 m^2 .
 (C) 4800 m^2 .
 (D) 4600 m^2 .
 (E) 3600 m^2 .
19. Os tempos gastos para a execução dos trabalhos A e B, juntos, somaram 4 horas e 24 minutos, sendo que a execução do trabalho B durou 26 minutos a mais que a do trabalho A. Se a execução do trabalho B teve início às 8 horas e 12 minutos, então ela foi concluída às
- (A) 9 horas e 36 minutos.
 (B) 9 horas e 59 minutos.
 (C) 10 horas e 11 minutos.
 (D) 10 horas e 37 minutos.
 (E) 10 horas e 45 minutos.

20. Uma pesquisa de mercado feita para avaliação de certo produto ouviu pessoas de 5 grupos distintos, previamente selecionados, cuja distribuição encontra-se representada no gráfico:



Do número total de pessoas ouvidas nessa pesquisa, sabe-se que a razão entre o número de mulheres e o número de homens era $\frac{3}{4}$, e que 15% dos homens ouvi-

dos fizeram parte do grupo E. O número de mulheres integrantes do grupo E era

- (A) 44.
 (B) 40.
 (C) 36.
 (D) 30.
 (E) 24.

R A S C U N H O

- 21.** Começa nesta quinta-feira (27) – manhã de sexta-feira (28) no horário local – o encontro da 14ª Cúpula do G20 em Osaka, no Japão. A cúpula vai reunir líderes das maiores economias do mundo, e deve ser marcada por discussões sobre conflitos comerciais globais.

(G1. <https://glo.bo/2pALpSH>. Publicado em 27.06.2019. Adaptado)

Entre tais conflitos, destaca(m)-se

- (A) os embates político-comerciais entre o Mercosul e a Venezuela.
- (B) a guerra comercial entre China e Estados Unidos.
- (C) os problemas relacionados aos produtos comerciais brasileiros no mercado europeu.
- (D) os conflitos que envolvem a disputa pelo petróleo na América do Sul.
- (E) os problemas ligados ao boicote à Coreia do Norte.

- 22.** Ao final da sessão do Supremo desta quinta (7), o ministro que preside o Supremo Tribunal Federal (STF) desempatou o julgamento e afirmou que o Congresso pode fazer mudanças na legislação caso entenda que a prisão após condenação em segunda instância deva voltar a valer. Em seu voto, o referido ministro disse que estava seguindo a vontade do parlamento, que, na sua avaliação, determina que o condenado só pode ser preso depois de esgotados todos os recursos, e tribunais superiores.

(G1. <https://glo.bo/2NyExhL>. Publicado em 08.11.2019. Adaptado)

O presidente do Supremo Tribunal Federal é

- (A) Gilmar Mendes.
- (B) Edson Fachin.
- (C) Luiz Fux.
- (D) Dias Toffoli.
- (E) Marco Aurélio Mello.

- 23.** O dia 10 de agosto de 2019 poderá ser classificado como um momento-chave na história recente da Amazônia. Hoje, ele já é conhecido pelo fato de que produtores rurais da região Norte do país teriam iniciado um movimento de ação conjunta. Essa suspeita está sendo investigada pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público Federal (MPF). Ontem, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, afirmou haver indícios de uma “ação orquestrada” para agir em pontos da floresta.

(Uol. <https://bit.ly/36Q3bSp>. Publicado em 27.08.2019. Adaptado)

O fato citado pelo texto ficou conhecido como

- (A) Dia do Agronegócio.
- (B) Dia do Fogo.
- (C) Dia da Pecuária.
- (D) Dia do Madeireiro.
- (E) Dia da Fronteira Agrícola.

- 24.** O acordo de livre comércio eliminará as tarifas de importação para mais de 90% dos produtos comercializados entre os dois blocos. Para os produtos que não terão as tarifas eliminadas, serão aplicadas cotas preferenciais de importação com tarifas reduzidas. O processo de eliminação de tarifas varia de acordo com cada produto e deve levar até 15 anos contados a partir da entrada em vigor da parceria intercontinental.

(EBC. <https://bit.ly/2WZkZpX>. Publicado em 19.06.2019)

O referido acordo de livre comércio envolve o Mercosul e

- (A) o BRICS, que inclui Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
- (B) a OMC – Organização Mundial do Comércio.
- (C) a U. E. – União Europeia.
- (D) a APEC – Cooperação Econômica Ásia-Pacífico.
- (E) a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas.

- 25.** O governo anunciou nesta quarta (30) que o país não será mais a sede do fórum da APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico) e da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2019 (COP-25) devido à recente onda de protestos.

(Folha de S. Paulo. <https://bit.ly/33vP42G>. Publicado em 30.10.2019)

O país a que o texto se refere é

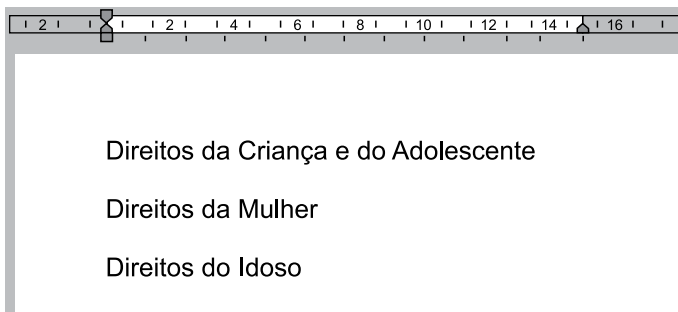
- (A) o Uruguai.
- (B) o México.
- (C) a Colômbia.
- (D) a Bolívia.
- (E) o Chile.

26. Assinale a alternativa que apresenta apenas extensões de arquivos reconhecidas por padrão, no MS-Windows 7, em sua configuração padrão, como arquivos de imagens.

- (A) bmp e pptx.
- (B) xlsx e docx.
- (C) txt e jpg.
- (D) jpg e png.
- (E) png e doc.

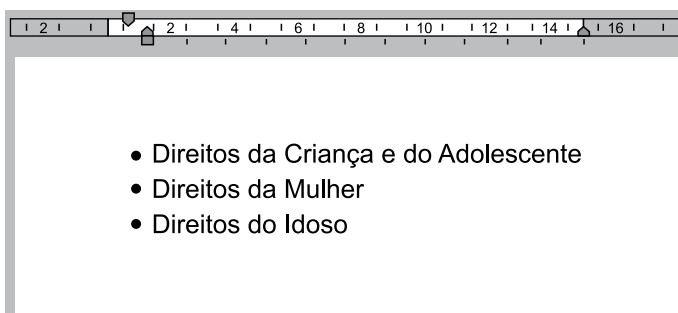
27. Um usuário, editando um documento por meio do MS-Word 2010, em sua configuração padrão, digitou alguns parágrafos, conforme visto na imagem ANTES.

ANTES



Em seguida, selecionou os parágrafos e acionou um recurso do MS-Word 2010, que deixou o documento conforme visto na imagem DEPOIS.

DEPOIS



O recurso utilizado pelo usuário foi

- (A) Numeração.
- (B) Espaçamento.
- (C) Marcadores.
- (D) Aumentar Recuo.
- (E) Diminuir Recuo.

28. Um assistente social preparou a planilha exibida a seguir por meio do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão.

	A	B
1	Fator de Risco	Quantidade
2	Fator 1	10
3	Fator 2	2
4	Fator 3	5
5	Fator 4	14
6	Fator 5	9
7		

Após preencher a fórmula =CONT.SE(B2:B6;">10") na célula B7, o valor exibido será

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 14
- (D) 19
- (E) 40

29. Um usuário, preparando uma apresentação sobre os fatores de risco mais comuns, deseja adicionar um gráfico em um slide do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão, e utiliza o ícone apresentado a seguir.



Gráfico

Assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, o nome da guia e do grupo onde se localiza o ícone Gráfico, exibido na imagem.

- (A) Design; Gráfico.
- (B) Design; Ilustrações.
- (C) Inserir; Imagens.
- (D) Inserir; Gráfico.
- (E) Inserir; Ilustrações.

30. Assinale a alternativa que correlaciona corretamente um atalho por teclado no Google Chrome versão 78, em sua configuração padrão, com sua respectiva funcionalidade.

- (A) Ctrl + J: exibir o histórico de páginas acessadas.
- (B) Ctrl + T: abrir nova aba de navegação.
- (C) Ctrl + P: abrir nova aba de navegação.
- (D) Ctrl + N: imprimir página.
- (E) Ctrl + F: exibir o histórico de páginas acessadas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A pauperização, a exclusão, as desigualdades são decorrências das contradições inerentes ao sistema capitalista, cujos traços particulares vão depender das características históricas da formação econômica e política de cada país e/ou região. Diferentes estágios capitalistas produzem distintas expressões da questão
- (A) financeira.
 - (B) econômica.
 - (C) educacional.
 - (D) social.
 - (E) trabalhista.
32. A Política de Assistência Social tem por funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, denominada Sistema Único de Assistência Social – SUAS. De acordo com o art. 3 da Resolução nº 33 do Conselho Nacional de Assistência Social, no cap. I do SUAS, seus princípios organizativos são
- (A) universalidade, gratuidade, integralidade de proteção social, intersetorialidade e equidade.
 - (B) sociedade livre, justa e solidária, garantia do desenvolvimento nacional, erradicação da pobreza e da marginalização.
 - (C) cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
 - (D) impessoalidade, moralidade, transparência, eficiência e proporcionalidade da lei.
 - (E) defesa de direitos, vigilância socioassistencial, proteção social básica e escuta profissional qualificada.
33. A proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos e vulnerabilidades se constituem. Para a construção da Política Pública de Assistência Social, foram consideradas as seguintes vertentes de proteção social:
- (A) a família, suas possibilidades e seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a rede social.
 - (B) o governo, suas condições e seu núcleo de apoio secundário, isto é, a sociedade.
 - (C) a sociedade, suas conjunturas e seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família.
 - (D) a família, o seu contexto e seu núcleo de apoio secundário, isto é, o governo.
 - (E) as pessoas, as suas circunstâncias e seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família.
34. A assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público, da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo. De acordo com o art. 4 da Resolução nº 33 do Conselho Nacional de Assistência Social, no cap. I do Sistema Único de Assistência Social, são seguranças alicerçadas pelo SUAS:
- (A) proteção pessoal; escuta qualificada; convívio sociofamiliar; apoio e auxílios permanentes e defesa incondicional da liberdade.
 - (B) alimentação; participação popular; autossuficiência; reconhecimento das especificidades; da privacidade; e moradias definitivas.
 - (C) acolhida; renda; convívio ou vivência familiar, social e comunitária; desenvolvimento de autonomia; apoio e auxílio.
 - (D) rendimento; emancipação; saúde; convívio ou vivência com a rede de suporte social; restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento.
 - (E) o acesso pleno aos direitos; a sobrevivência; a livre manifestação do pensamento; trabalho; moradia e educação.
35. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social, os objetivos da Política Pública são assegurar ações no âmbito da assistência; ampliar o acesso aos bens e serviços socioassistenciais; e prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica a pessoas que deles necessitarem. Nessa perspectiva, essa política realiza-se
- (A) integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais.
 - (B) segregada às políticas públicas, com ações em cada esfera do governo, considerando a realidade local, visando à garantia dos direitos sociais a todas as pessoas, independentemente de risco social e pessoal.
 - (C) alinhada às políticas regulatórias, de acordo com o ramo de atuação, visando à harmonia, conformidade e o controle social, com a garantia de fiscalização da população por parte do governo.
 - (D) adaptada às políticas públicas, constatando as desigualdades sociofamiliares, conciliando as reservas de contingências sociais, à universalização dos direitos sociais e garantia de atendimento emergencial.
 - (E) concentrada nas políticas econômicas, executando os serviços, programas e projetos e conciliando os mínimos sociais à verba orçamentária do governo.
36. De acordo com o Serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, as Redes de Proteção desse público constituem um trabalho intersetorial, articulado e integrado que compõem o Sistema de Garantia de Direitos. Essas redes são formadas no território
- (A) dos estados ou do Distrito Federal.
 - (B) nacional.
 - (C) de cada município ou Distrito Federal.
 - (D) das cinco regiões do país: norte, nordeste, sul, sudeste e centro-oeste.
 - (E) internacional.

- 37.** O Benefício de Prestação Continuada – BPC é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. De acordo com o art. 21 da LOAS, para avaliação da continuidade das condições que lhes deram origem, o BPC deverá ser revisto a cada
- (A) seis meses.
 - (B) doze meses.
 - (C) dezoito meses.
 - (D) vinte meses.
 - (E) vinte e quatro meses.
- 38.** De acordo com o art. 128 da Resolução nº 33 do Conselho Nacional de Assistência Social, no cap. X do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, por quais Comissões são compostas as instâncias de negociações e pactuações quanto aos aspectos operacionais do SUAS?
- (A) Comissão Intergestores Regional – CIR e Comissão Intergestores Bipartite – CIB.
 - (B) Comissão Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, e Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.
 - (C) Comissão Intergestores Bipartite – CIB e Comissão Intergestores Tripartite – CIT.
 - (D) Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF e Comissão Nacional dos Direitos Humanos – CNDH.
 - (E) Comissão Permanente da Assistência Social – CPAS e Comissão Intergestores Tripartite – CIT.
- 39.** O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), que integra a proteção social especial, consiste
- (A) no enfrentamento da pobreza e investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios para melhoria das condições gerais de subsistência.
 - (B) em programas com famílias em situação de extrema pobreza, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal com atividades que visam garantir o controle social das famílias e indivíduos vulneráveis.
 - (C) no trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.
 - (D) em programas de transferências de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho.
 - (E) no apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, articulando os serviços socioassistenciais com as diversas políticas públicas e com órgãos do sistema de garantia de direitos.
- 40.** A debilidade dos vínculos sociais ocasionados em decorrência da incapacidade em lidar com conflitos, desconfianças ou preconceito em relação ao outro pode acarretar em situações de abandono. Esta realidade é vivida de forma grave, pois implica em responsabilidades negligenciadas, restringindo as capacidades vitais das pessoas ou grupos que sofrem essa ação. Nessa perspectiva, a situação de abandono se delinea numa vulnerabilidade
- (A) de pertencimento.
 - (B) relacional.
 - (C) ambiental.
 - (D) econômica.
 - (E) legal.
- 41.** O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes reafirma o compromisso de defesa intransigente dos direitos, sobretudo daqueles que se encontram circunstancialmente em situação de ameaça ou violação ao direito fundamental de desenvolvimento de uma sexualidade segura e saudável. Nesse plano, a violência sexual em seu macroconceito expressa-se de
- (A) uma forma: abuso sexual.
 - (B) uma forma: exploração sexual.
 - (C) uma forma: investidas sexuais.
 - (D) duas formas: abuso sexual e exploração sexual.
 - (E) duas formas: violência física e investidas sexuais.
- 42.** O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF consiste no trabalho social, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva, prevenir a ruptura dos vínculos, promover acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria da qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. Esse serviço é ofertado
- (A) pelo Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).
 - (B) pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).
 - (C) pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).
 - (D) pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS).
 - (E) pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Social (SEDS).

- 43.** Uma das violações de direitos da criança e do adolescente é o trabalho infantil, que se refere às atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes. Dessa forma, pode(m) ser considerada(s) exploração do trabalho infantil:
- (A) as tarefas domésticas/afazeres que são atividades realizadas nos espaços de vivência e socialização, que respeitam a idade e o processo de desenvolvimento da criança e do adolescente.
 - (B) atividades que ocorrem em algum período do ano, como a colheita de um grão específico, ou a venda de produtos em festas religiosas, com anuência do responsável legal.
 - (C) o trabalho na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, realizado por entidade qualificada em formação técnico profissional metódica.
 - (D) as atividades profissionais desenvolvidas por adolescentes entre 16 e 17 anos, realizadas em locais que não prejudiquem seu pleno desenvolvimento, devidamente registrados com vínculo profissional para garantia dos direitos trabalhistas.
 - (E) atividades artísticas antes dos 14 anos, uma vez obedecidas as normativas vigentes e devidamente autorizado pela autoridade judiciária.
- 44.** Os Serviços de Acolhimento Institucional garantem proteção integral como moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou, comunitário. Na Política Pública de Assistência Social, esse serviço está inserido na
- (A) Proteção Social Básica.
 - (B) Proteção Social de Baixa Complexidade.
 - (C) Proteção Social de Média Complexidade.
 - (D) Proteção Social Especial de Alta Complexidade.
 - (E) Proteção Social de Apoio Sociofamiliar.
- 45.** Para fiscalização, controle social e atendendo aos requisitos legais, os programas de Acolhimento Institucional, tais como: casas de passagem, abrigos, casa lar, repúblicas e famílias acolhedoras, devem estar devidamente registrados nos seguintes Conselhos, de acordo com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Criança e Adolescentes à convivência familiar e comunitária:
- (A) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).
 - (B) Conselho Municipal de Saúde (CMS) e no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).
 - (C) Conselho Municipal de Educação (CME) e no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).
 - (D) Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU) e no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).
 - (E) Conselho Municipal de Educação (CME) e no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).
- 46.** De acordo com o documento Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, quando detectada a necessidade do afastamento da criança e do adolescente da família de origem pela autoridade competente, eles deverão ser atendidos em serviços que ofereçam cuidados e condições favoráveis ao seu desenvolvimento saudável. Tais serviços podem ser ofertados por
- (A) casa-lar e repúblicas.
 - (B) abrigo institucional e casa-lar.
 - (C) família acolhedora e pensões.
 - (D) abrigo institucional e centros de acolhida.
 - (E) casa-lar e centros de acolhida.
- 47.** O Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes detalhado na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais descreve que o acesso de crianças e adolescentes aos Serviços de Acolhida deverá ocorrer exclusivamente por
- (A) determinação dos Serviços Socioassistenciais ou por Ação Policial.
 - (B) requisição do Centro de Referência Especializado de Assistência Social e Serviços de Saúde.
 - (C) demanda espontânea da criança ou adolescente ou solicitação familiar.
 - (D) determinação do Poder Judiciário ou por requisição do Conselho Tutelar.
 - (E) requisição do Ministério Público ou por encaminhamento do Centro de Assistência Social.
- 48.** De acordo com o art. 93 do ECA, as entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato ao Juiz da Infância e da Juventude em até:
- (A) doze horas.
 - (B) vinte e quatro horas.
 - (C) trinta e seis horas.
 - (D) quarenta e oito horas.
 - (E) setenta e duas horas.

- 49.** O Estudo Diagnóstico prévio tem como objetivo subsidiar a decisão acerca do afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar, devendo ser realizado por equipe interprofissional. De acordo com as Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento, esse estudo deve incluir:
- (A) avaliação dos riscos e benefícios a que estão expostos a criança ou adolescente, observadas apenas as condições atuais da família, incluindo os fatores motivacionais da situação vivenciada.
 - (B) escuta qualificada apenas dos integrantes da família, excluindo a criança e adolescente, pois são pessoas em desenvolvimento, e os relatos poderão ser influenciados pelo medo da institucionalização.
 - (C) avaliação dos riscos a que estão submetidos a criança ou o adolescente e as condições da família para superação das violações de direitos, levando em conta a proteção e a segurança imediata.
 - (D) as situações atuais e pregressas de violação de direitos, além da gravidade e postura de cada membro da família em relação à situação apresentada, com a intervenção profissional que objetive o afastamento do convívio familiar.
 - (E) composição familiar e contexto socioeconômico e, no caso de minorias étnicas ou comunidades tradicionais, o valor cultural não pode se sobrepor ao conhecimento da sociedade moderna.
- 50.** Conforme o documento Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento, para garantir a oferta de atendimento adequado às crianças e aos adolescentes, os serviços de acolhimento precisarão elaborar um Projeto Político-Pedagógico que deverá
- (A) orientar a proposta de funcionamento do serviço como um todo, tanto no que se refere ao seu funcionamento interno, quanto seu relacionamento com a rede local, as famílias e a comunidade.
 - (B) ser elaborado pelo gestor, envolver serviços específicos na construção do documento, pois exige conhecimento técnico-científico para o atendimento às crianças e adolescentes.
 - (C) determinar o modo de funcionamento dos recursos internos e externos e conter organograma, quadro de recursos humanos, competências e habilidades necessárias para o exercício de cada função.
 - (D) descrever anualmente as regras de convívio do serviço, que são explicadas para o acolhido no primeiro atendimento, organizando um ambiente seguro e previsível.
 - (E) definir a proposta de funcionamento e o trabalho com a comunidade quanto a seu relacionamento com toda a rede de atendimento, incluindo recursos intermunicipais e interestaduais.
- 51.** De acordo com as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, a Convivência Comunitária inserida no Projeto Político Pedagógico tem por objetivo
- (A) preservar os vínculos comunitários já existentes e evitar que, além do afastamento da família, o acolhimento implique o afastamento da criança e do adolescente de seus colegas, vizinhos, escola etc.
 - (B) fortalecer a autoestima e as competências da família, de modo a estimular sua resiliência, ou seja, o aprendizado com a experiência e a possibilidade de superação dos desafios.
 - (C) defender os direitos das crianças e adolescentes, afastando-os dos vínculos familiares diretos, preservando apenas as atividades restritas ao ambiente escolar, para maior segurança deles.
 - (D) ofertar atendimento grupal e padronizado, favorecer o convívio familiar, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade municipal.
 - (E) realizar busca por mudança do ponto de vista geográfico, com distanciamento e afastamento do convívio familiar e comunitário, afim de evitar a estigmatização desse público.
- 52.** O Plano de Atendimento Individual – PIA nos Serviços de Acolhimento baseia-se a partir do estudo aprofundado de cada caso, compreende a singularidade dos sujeitos e organiza as ações e atividades a serem desenvolvidas com a criança/adolescente e sua família. Dessa forma, o PIA é um instrumento
- (A) que assegura a proposta de trabalhos das equipes dos serviços de acolhimento, e sua finalidade é formal, garantido que o resultado responda ao planejado no início do atendimento.
 - (B) com registro formal das atividades, com vistas ao encaminhamento dos relatórios ao Sistema de Justiça e do Conselho Tutelar, garantindo o convívio familiar com soluções de caráter provisórias.
 - (C) que contém estratégias para o atendimento, escuta qualificada da criança, adolescente e familiares, possibilitando um trabalho assertivo e pontual, realizado durante o período de acolhimento.
 - (D) que deve basear-se na impossibilidade de reintegração familiar devido ao desgaste dos vínculos afetivos, com encaminhamento, sempre que possível, para adoção, pois é o que melhor atende ao superior interesse da criança ou adolescente.
 - (E) de planejamento que orienta e sistematiza o trabalho a ser desenvolvido, em articulação com os demais serviços, projetos e programas da rede local, durante o período de acolhimento e após o desligamento da criança ou adolescente do serviço.

- 53.** O Caderno Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos busca contribuir para que a ação profissional seja mais qualificada, apoiando profissionais e gestores no desenvolvimento de práticas. As situações de convivência são tomadas como oportunidades que precisam ser criadas e preparadas, e isso se concretiza por meio de encontros, de conversações e fazeres. A técnica da “Escuta” é uma estratégia
- (A) que fomenta a capacidade de responsabilizar-se, de negociar, de compor, de rever e de assumir uma escolha.
 - (B) que permite construir, nas relações, lugares de autoridade para determinadas questões, desconstruindo a perspectiva de autoridade por hierarquias previamente definidas.
 - (C) que aprende e ter domínio sobre os sentimentos e afetações, agregando vigor no enfrentamento das situações que disparam sentimentos intensos e negativos numa pessoa e/ou em um grupo.
 - (D) que exercita situações protegidas em que as desigualdades e diversidades podem ser analisadas e problematizadas, permitindo que características, condições e escolhas sejam tomadas em sua raiz de diferença.
 - (E) que cria uma ambiência e um clima em que a história do outro é ouvida tanto como realização quanto processo que constituiu o sujeito que fala, com uma lógica temporal não cronológica.
- 54.** De acordo com o art. 19 do ECA, é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta. O parágrafo segundo do mesmo artigo define que a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária, não se prolongará por mais de:
- (A) seis meses.
 - (B) doze meses.
 - (C) dezoito meses.
 - (D) vinte e quatro meses.
 - (E) trinta meses.
- 55.** Conforme o documento Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, o acompanhamento desse segmento etário no período após reintegração familiar deverá ser objeto de acordo formal entre o Serviço de Acolhimento, o órgão gestor da assistência social e a Justiça da Infância e Juventude. Esse acompanhamento deverá ser realizado durante o tempo mínimo de
- (A) três meses.
 - (B) quatro meses.
 - (C) cinco meses.
 - (D) seis meses.
 - (E) um ano.
- 56.** De acordo com o art. 28 do ECA, a colocação em família substituta se fará mediante guarda, tutela ou adoção. O parágrafo segundo do mesmo artigo determina que será necessário consentimento do adolescente, colhido em audiência, quando se tratar de maior de
- (A) dez anos.
 - (B) doze anos.
 - (C) quatorze anos.
 - (D) dezesseis anos.
 - (E) dezoito anos.
- 57.** De acordo com art. 157 do ECA, havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar a suspensão do poder familiar. De acordo com o parágrafo primeiro, recebida a petição inicial, a autoridade judiciária determinará a realização de
- (A) consentimento dos titulares do poder familiar, precedido de orientações e esclarecimentos prestados pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude.
 - (B) prevenção ao rompimento dos vínculos familiares, qualificação do atendimento dos Serviços de Acolhimento e investimento para o retorno ao convívio com a família de origem.
 - (C) avaliação exclusiva dos profissionais do serviço de acolhimento, com levantamento de atos contrários à moral e aos bons costumes, mediante comprovação destes atos.
 - (D) rigorosa avaliação dos profissionais do Poder Judiciário, visto que a destituição do poder familiar ocorre exclusivamente por vulnerabilidades econômicas.
 - (E) estudo social ou perícia por equipe interprofissional ou multidisciplinar para comprovar a presença de uma das causas de suspensão ou destituição do poder familiar.
- 58.** Na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o Serviço de acolhimento em Repúblicas se destina, prioritariamente, a
- (A) crianças na primeira infância, entre 00 e 06 anos, para preparação e inclusão em família substituta.
 - (B) crianças entre 06 e 12 anos, após afastamento das famílias acolhedoras.
 - (C) adolescentes entre 14 e 18 anos, para qualificação profissional e construção da autonomia.
 - (D) crianças e adolescentes com deficiência, para o desenvolvimento e inclusão social.
 - (E) jovens entre 18 e 21 anos, após desligamento de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.

- 59.** De acordo com ECA, na subseção IV, que versa sobre adoção de criança e de adolescente, o parágrafo terceiro do art. 42 determina que o adotante há de ser, no mínimo, quantos anos mais velho que o adotado?
- (A) Doze anos.
 - (B) Quatorze anos.
 - (C) Dezesseis anos.
 - (D) Dezoito anos.
 - (E) Vinte e um anos.
- 60.** Garantir o atendimento especializado e em rede, incluindo o acolhimento institucional às crianças e aos adolescentes em situação de abuso e/ou exploração sexual e às suas famílias, faz parte do seguinte eixo do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes:
- (A) participação e protagonismo.
 - (B) prevenção.
 - (C) defesa e responsabilização.
 - (D) atenção.
 - (E) comunicação e mobilização social.

